O Genocídio Armênio e a Cobertura Midiática Brasileira

Thiago Noschang Cabral[1]
Vinicius Martins de Carvalho[2]
Luiggi Franchesco Follador[3]

Resumo: O seguinte artigo[4] analisa a maneira pela qual os periódicos brasileiros noticiaram o genocídio[5] de dezenas de milhares de armênios pelo Império-Turco Otomano entre 1915-1918. Tanto o momento político internacional, quanto o brasileiro são evidenciados. Nessa perspectiva, a fonte central para a pesquisa foram os jornais brasileiros publicados entre 1912-1920 (Correio da Manhã; Correio Paulistano; Jornal do Brasil e Pharol).

Palavras-chaves: genocídio armênio; política externa brasileira; longa duração; jornais.

1 Graduando do 5° Semestre de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), thiagocabralns@gmail.com

2 Graduando do 5° Semestre de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), carvalho.vinicius@acad.ufsm.br

3 Graduando do 5° Semestre de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), folladorluiggi@gmail.com

4 O seguinte artigo foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos Interdisciplinares e de Pesquisas em Relações Internacionais (GEIPRI), UFSM / CNPq. Endereço para acessar o espelho do grupo: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2939554692788267. E-mail do GEIPRI: geipri@ufsm.br

5 O termo aqui empregado não existia na época, sendo essa uma conceitualização posterior aos eventos. Cunhado em 1943 por Raphael Lemkin, o termo se refere a aniquilação sistemática de um grupo nacional, religioso ou étnico, por objetivos políticos. Nos alinhamos a visão do autor, que cunhou o termo a partir do evento analisado.

1 Introdução

O fim da Primeira Guerra Mundial, assim como para a maioria dos países que compunham o cenário internacional da época, representou um momento de grande impacto para o Brasil e a sua população. Para além de evidenciar as mudanças ensejadas pelo conflito, o presente artigo trata de como eventos ocorridos no mesmo período — porém de menor destaque na historiografia mundial — foram responsáveis pela mudança na forma como a sociedade enxergava o papel do Brasil no mundo. A hipótese central é de que a mobilização da elite brasileira, a consequente sensibilização da sociedade, através dos jornais com a "questão armênia" a partir de 1915 e a participação do Brasil na Conferência de Versalhes de 1919 marcam um momento de inflexão entre uma estrutura da política externa oligárquica-regional e o início de outra, assinalada por um Brasil multilateral, referenciada neste artigo como social-multilateral embrionária.

No âmbito metodológico, pesquisas realizadas em periódicos brasileiros publicados entre 1912 e 1920 servem como fontes primárias, assim como artigos; livros; e dissertações como fontes secundárias. Assim sendo, é empregado o método indutivo. Em nível conceitual, é utilizado o conceito de longa duração elaborado por Fernand Braudel.

2 O Império Turco-Otomano e a Questão Armênia

Os armênios correspondem a um povo que se instalou inicialmente na Ásia Menor (Anatólia), localizada estrategicamente entre a Europa, Ásia e África; posteriormente, a maioria de sua população migrou para a região do Cáucaso, onde se estabeleceu de maneira mais definitiva, em um território basicamente correspondente ao da Armênia atual (LOUREIRO, 2016).

Durante cerca de três mil anos, os armênios foram assimilados por diversos povos, como os persas, os gregos, os romanos, os árabes e os mongóis. Entretanto, a identidade cultural se manteve preservada, de forma que a nação armênia surgiu em meados de 600 a.C., acompanhada pelo desenvolvimento do alfabeto, arte, comércio e arquitetura características, estabelecendo certa riqueza cultural durante o século I d.C. Não obstante, o cristianismo foi adotado oficialmente pela primeira vez em todo mundo, como religião de Estado pelo Reino Armênio, em 301 d.C. (BOUCAULT; LOUREIRO; CARNEIRO, 2019).

Por mais que o episódio do Genocídio Armênio, abordado neste artigo, tenha ocorrido em destaque a partir de 1915, a dita "questão armênia" data de muito tempo antes. Historicamente, e principalmente ao longo do século XIX, a presença do povo armênio em seu território nunca foi objeto de agrado para os turco-otomanos, por conta de suas inúmeras diferenças étnicas, culturais e, principalmente, religiosas (LOUREIRO, 2016).

O Império Turco-Otomano foi um Estado extenso em território, composto de diferentes povos e etnias, como os árabes, os assírios, os circassianos, os curdos, os gregos e os armênios; mas, o que os unia em sua maioria, como semelhantes, era a sua religião islâmica. Dessa forma, os armênios cristãos eram vistos como intrusos, e passaram a ser perseguidos politicamente no território, sofrendo com limitações legais e ausência de direitos civis, como propriedade e participação no governo, além de arcarem com impostos mais altos e serem frequentemente atacados por povos islâmicos (SAHAKYAN, 2015).

Ao fim da Guerra Russo-Turca, em 1878, iniciada no ano anterior, os turco-otomanos perderam muitos de seus territórios, principalmente na região dos Balcãs (GOLDFELD, 2012). As invasões russas no território otomano foram muitas vezes bem recebidas pelos armênios que lá habitavam, por conta da repressão sofrida por esses por causa dos turcos e sua similaridade religiosa com os russos, também cristãos. Essa situação aumentou a tensão do governo turco-otomano com o povo armênio, o que passou a ser chamado de "questão armênia" a partir do Tratado de Berlim (1878), no qual os Estados europeus impuseram aos turco-otomanos a necessidade de uma resolução para a questão, pois havia uma preocupação com o tratamento dado à população cristã dentro do Império Turco-Otomano, muçulmano.

3 Contextualização da Política Turco-Otomana e o Genocídio Armênio

A partir dos anos finais do século XIX, o então sultão turco, Abdul Hamid II, iniciou operações de extermínio deliberado (BOUCAULT; LOUREIRO; CARNEIRO, 2019) das populações armênias, a partir de cavalarias paramilitares chamadas de *Hamidiye*, compostas principalmente por curdos, que tinham como objetivo a erradicação dos armênios. A partir das ações deste grupo, entre 1891 e 1896, cerca de 300 mil armênios foram mortos, enquanto outros tiveram suas

propriedades tomadas ou destruídas, no período que foi chamado de "Massacres Hamidianos", de modo que "[...] atribui-se a Abdul-Hamid II a primeira iniciativa de Genocídio Armênio, no final do século XIX" (BOUCAULT; LOUREIRO; CARNEIRO, 2019, p. 62). Após esses episódios, a população armênia passou a se organizar em milícias para se defender, formando resistência e operando certa logística de fuga e suporte aos refugiados em outros Estados.

A esperança de mudança para o povo armênio surgiu junto ao crescimento do grupo denominado de "Jovens Turcos", que em sua origem conservou valores de oposição aos do sultão, como de democracia, do restabelecimento da constituição otomana — suspensa por Hamid II desde 1878 — e de um Estado laico. Em 1908, os Jovens Turcos depuseram o sultão Abdul Hamid II, a partir de um golpe de Estado, apoiados inclusive pelo *Dashank*, o partido armênio em território turco-otomano. Com a tomada do poder, os Jovens Turcos reconheceram a comunidade armênia em seu Estado, reestabelecendo também a constituição. No entanto, disputas internas originaram o "Comitê de União e Progresso" (CUP), uma ala mais radical do grupo, de caráter ultranacionalista, em defesa da "Turquia para os turcos", reforçando um discurso de limpeza das minorias étnicas de seu território (GOLDFELD, 2012).

Ao passar dos anos o CUP orquestra outro golpe, tomando o poder em 1913 e instaurando um triunvirato dos "Três Paxás". Com o início da Primeira Guerra Mundial, diversas derrotas turcas, principalmente em confronto direto com o Império Russo, tiveram sua responsabilidade colocada sobre os armênios, que se recusavam a lutar contra os invasores[6]; os turcos suspeitavam da existência de uma aliança secreta entre os armênios e russos (LOUREIRO, 2016). Já em março de 1915, o Jornal do Brasil noticia: "[...] O representante da Cruz Vermelha da Armênia, nesta capital, annuncia que as planícies de Alashgere estão cobertas de cadaveres, devido á um ataque dos kurdos à povoação." (JORNAL DO BRASIL, 1915, p. 7).

O episódio que marcou o início do genocídio foi a Resistência de Vã, de abril de 1915, na qual os homens armênios da cidade de Vã se recusaram a juntar-se ao

6 Nesse ponto, vale destacar que muitos armênios foram enviados à guerra com um objetivo oficioso do governo de suas mortes no campo de batalha, além da garantia da ausência de homens armênios em suas respectivas comunidades, facilitando os saques e execuções de mulheres e crianças armênias nestes locais, inclusive estupros e outros maus-tratos.

exército otomano. Desse modo, os generais turcos decidiram por atacar a cidade, que resistiu aos primeiros ataques até a chegada de socorro de soldados russos, reforçando assim a narrativa conspiracionista de aliança entre esses dois.

A partir disso, a perseguição do povo armênio se intensificou, inclusive de figuras armênias públicas, como banqueiros, comerciantes e políticos, muitos destes assassinados. A maior parte dos homens era executada imediatamente, enquanto mulheres, idosos e crianças eram obrigados a deixar sua casa, seus pertences, e marchar rumo ao deserto, ao mar, ou outros locais onde, caso sobrevivessem à viagem, seriam mortos pelas autoridades e/ou outros grupos, de forma que

> Os comboios de deportados, provenientes das províncias orientais atravessam, a pé, regiões pouco habitadas, sob a escolta cúmplice de policiais, pelos caminhos da montanha. São atacados, pilhados e mortos, por bandos de curdos, os *tcheté*, pelos próprios policiais ou pela população das localidades que atravessam (BOCAULT; CARNEIRO; LOUREIRO, 2019, p. 92).

Diferenciam-se os massacres cometidos contra os armênios pelo governo de Abdul Hamid II e pelo governo dos Três Paxás a partir do seu número de vítimas e pela sistematização dada pelo segundo à execução da população civil, de modo que

> O Genocídio Armênio se estende por mais de vinte anos: foi encetado com os massacres, cometidos contra a população armênia otomana, no final do século XIX; foi levado adiante, com os novos massacres, cometidos em 1909[7]; e culmina, em escala muito maior, sob o Governo dito dos 'Jovens Turcos', em 1915-1916 (BOUCAULT; LOUREIRO; CARNEIRO, 2019, p. 67).

4 Reverberações no Cenário Internacional

Diante dos eventos envolvendo a população armênia, nos anos anteriores ao massacre, os jornais brasileiros já alertavam sobre os esforços e pressões internacionais exercidas para a resolução da questão armênia. O Jornal do Brasil destaca, em dezembro de 1913:

> [...] Permanece na mesma situação a Turquia, em relação á Armenia. Não obstante as suas conhecidas promessas, nesse particular, o Governo turco nenhuma medida tomou que satisfizesse a diplomacia estrangeira junto á Sublime Porta[8]. Por outro lado, os embaixadores das potencias, acreditados

7 Referente ao episódio do massacre de 30 mil armênios, por parte de apoiadores do sultão Hamid II que buscavam vingar o golpe por este sofrido em 1908, realizado pelos Jovens Turcos.

8 Nome dado ao governo turco-otomano, em referência aos altos portões de acesso aos edifícios governamentais de Constantinopla (Istambul).

> em Constantinopla, ainda não tomaram uma decisão conjuncta no sentido de fazer com que a Turquia realize as reformas prometidas no território da Armênia (JORNAL DO BRASIL, 1913, p. 8).

Ainda em 1915, Inglaterra, França e Rússia garantem a culpa dos massacres aos agentes do governo otomano (CORREIO PAULISTANO, 1915). A causa armênia ganha proporções ainda maiores quando os Estados Unidos se colocam a favor dos armênios.

> O governo deste paiz enviou, por intermedio do seu representante diplomatico em Constantinopla, uma nota ao governo otomano protestando contra os massacres inflingidos pelos turcos aos armenios. Nessa nota, o governo norte-americano faz sentir á Sublime Porta a necessidade de se terminar com esses massacres que clamam contra todas as leis da humanidade (CORREIO DO MANHÃ, 1916, p. 2).

Essa citação, além de explicitar o apelo humanitário à causa armênia — que por sua vez supera o isolacionismo norte-americano — traz o debate ao continente americano e aproxima ainda mais a população brasileira do massacre de um povo cristão. Nessa linha, a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial e concomitante participação na Conferência de Paris, serviu como catalisador tanto para a atenção dada pelo Brasil ao massacre armênio, quanto pela posição enquanto membro ativo do sistema internacional.

5 Brasil Oligárquico-regional

De modo a comparar as mudanças internas ocorridas no Brasil a partir dos eventos internacionais acima descritos, é necessário antes analisar a estrutura político-social do país antes da deflagração da Primeira Guerra Mundial e do genocídio armênio. Com a Constituição de 1891, buscou-se marcar uma ruptura entre o antigo regime imperial, centralizado, pela divisão do poder entre os estados, e marcado pela oligarquia (SCHWARCZ; STARLING, 2018). No âmbito das relações internacionais, a simbiose entre interesses de Estado e partidários se mantém, de forma que uma elite restrita particulariza a formação da agenda nacional, alheia aos anseios populares (WALKER, 1984).

A partir de 1906, percebe-se que a participação brasileira em assembleias interestatais e conferências multilaterais (III Conferência Internacional Americana) demonstrava uma gradativa inserção do país no sistema internacional (FELDMAN,

disputas locais. A situação periférica no sistema internacional da época não era exclusiva do Brasil, mas também compartilhada pelas nações distantes da Europa.

Nesse contexto, o perfil restrito e descentralizado da participação política (Constituição de 1891); a participação no sistema internacional restrita aos países europeus; e a centralização das decisões de política exterior, são eventos que formam uma estrutura de longa duração: a oligárquica-regional (figura 1). Assim, é possível depreender que nessa estrutura político-social havia "uma forte influência das oligarquias estaduais e as práticas coronelistas coexistem com o bacharelismo elitista e a exclusão da maioria do exercício pleno da cidadania". A diplomacia brasileira não operava alheia a esse contexto (FRANÇA FILHO, 2013, p. 196 - 197).

Figura 1 – Estrutura Oligárquica-regional

Fonte: elaboração do autor (2022)

6 Genocídio Armênio: Cobertura Midiática no Brasil (1913-1918)

As reivindicações armênias chegam ao Brasil principalmente pelas mãos do padre e intelectual Etienne Brasil[1], descendente de armênios e radicado no país desde 1908 (LOUREIRO, 2016). Apesar das notícias referentes à situação da Armênia

1 Como apresentado por Heitor Loureiro (2016), Etienne teria trocado seu nome de batismo (Iknadios Etian) para evitar perseguição de familiares por causa de sua atuação em prol da causa armênia.

remontarem o início do século XIX no Brasil, por questão de objetividade a análise está centrada nos jornais a partir de 1915, dada pela historiografia como início do genocídio[2]. Nesse ano, o Correio Paulistano, em 16 de janeiro noticiou que:

> chegaram ao territorio russo 30.000 armenios christãos que fugiram perseguidos pelos kurdos. A enorme caravana deixou no caminho, mortos de fome, de frio e cansaço, inúmeros velhos e crianças [...] uma 'matança geral' (CORREIO PAULISTANO, 1915, p. 2)

Já em março, em meio ao avanço russo sobre o território armênio, o jornal o Pharol (1916, p. 2), relatou que: "os russos entraram em Ezerum só encontravam 16 Armenios, tendo sido a totalidade deles massacrada pelos kurdos". Ainda mais revelador, o jornal Correio da Manhã (1917, p. 2), associa em 1917 o posicionamento em relação aos massacres armênios aos dois lados beligerantes da Primeira Guerra Mundial:

> A Allemanha, no recinto bem fechado em que se acha, fica sozinha com a Austria, que está exhausta e desesperada, com a Turquia, que está fallida e com as mãos tintas do sangue de milhares de armênios por ella trucidados [...]. Contra ella se erguem os aliados, com populações livres e tres vezes mais importantes do que as potencias centraes. E' provável que daqui a algumas semanas possamos dizer que a nossa causa e a de todo mundo civilizado, porque outros países europeus revelam desejos de aliar-se a nós (MANHÃ, 1917, p. 2).

Além das notícias passadas pelos periódicos, a questão armênia ganhou tamanha popularidade a ponto de retratar personagens armênios nos romances publicados nesses mesmos jornais, como é o caso de "Leite preto", que acompanha a história de uma mãe armênia que, mediante os horrores vistos através de seus próprios olhos, praticados contra seus semelhantes, ficou aterrorizada ao ponto de produzir apenas leite materno negro para seus seis filhos (1914, p. 15).

Com base na análise desses recortes, percebe-se um lado comum adotado pelos jornais da época: a denúncia de massacres contra o povo cristão armênio e a necessidade da comunidade internacional de agir contra ele. O que dentro do Império Turco-Otomano é visto como "problema armênio" — tem início antes da Primeira Guerra Mundial e perpassa o conflito — adquire contornos internacionais a partir da reprovação ocidental dos massacres a um povo cristão, aspecto

2 O genocídio armênio de 1915-1916 é destacado pelo número de pessoas vitimadas de forma sistêmica, se diferenciando dos massacres esporádicos de 1895-1896 (CASELLA, 2019).

exemplificado pela matéria disposta pelo Jornal do Brasil (1915, p. 6) que diz: "noticia-se a declaração na Armenia de uma grande revolução, interessando a vasta região da Armenia turca, onde a matança de christãos se intensifica."

7 Brasil em Versalhes e a Causa Armênia

A partir de 1917, a posição do Brasil assumiria novos tons com a declaração do estado de guerra contra os países centrais. Por menor que tenha sido a participação brasileira — envolvendo menos de duas mil pessoas — destaca-se que sua parte no conflito foi essencial para garantir um espaço nas negociações posteriores (DARÓZ, 2016). Já na Conferência, em 1919, com relação aos interesses brasileiros, o Correio da Manhã destacou:

> Parte hoje para a França a delegação brasileira na Conferência de Paz a reunir-se em Versalhes. Portadora da voz do Brasil naquele amplo congresso, em que se estabelecerá o destino das nações [...] para terminal-a [a guerra] com a visão superior de estabelecer uma paz justa, pela qual se evitem para o futuro os conflitos inúteis [...] (CORREIO DA MANHÃ, 1919, p. 3).

Nesse contexto, a participação do Brasil em Versalhes em uma conferência de proporções mundiais simbolizou a entrada do país em um sistema internacional mais abrangente, para além do continente Europeu e dos debates regionais. Sobre o Brasil após 1918, o professor Dr. Heitor de Andrade Carvalho Loureiro destaca que a imagem criada pelo governo brasileiro:

> [...] colocava [o Brasil] no cenário internacional como líder dos países latino-americanos ou até como locomotiva das nações americanas, quando os Estados Unidos da América não preenchiam tal espaço (LOUREIRO, 2016, p. 19).

Reconhecendo o peso dos votos brasileiros, em 1919, em papel de emissário, Etienne Brasil articula o apoio do Brasil à causa armênia, afirmando que

> O Brasil conta desde já uma democracia alliada nas portas asiaticas da Europa. Deante do papel preponderante que os Estados Unidos terão na assistencia á Armenia, liames especiaes ligar-nos-ão ao continente americano. Eis ahi por que solicitamos o auxilio do vosso governo nesta hora suprema em que se está decidido a sorte definitiva da Armenia gloriosa e martyr (PAULISTANO, 1919, p.5).

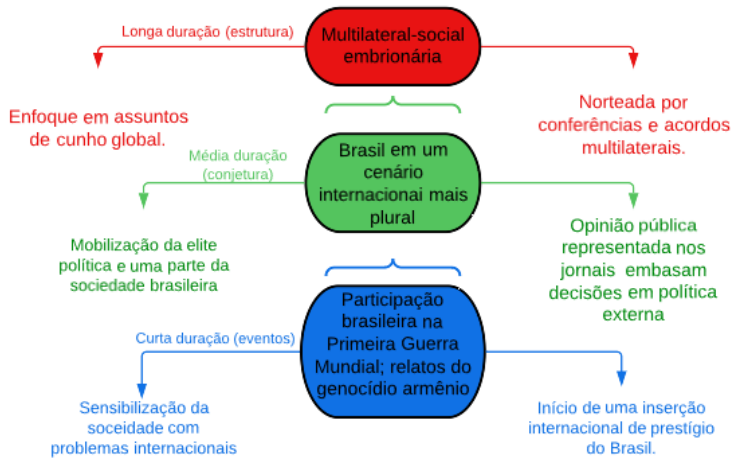
As publicações nos jornais da época, referentes à condição do povo armênio desde 1910, e a participação brasileira em Versalhes, fizeram com que não só a

elite política se interessasse cada vez mais com uma maior inserção internacional brasileira, mas também que a população fosse sensibilizada pela questão armênia. Colocando de outra forma, enquanto a participação na Conferência de Paris muda as percepções da elite política brasileira com relação ao internacional, o acompanhamento da Questão Armênia pelos periódicos da época sensibiliza e muda as percepções tanto da elite quanto da sociedade com fortes laços com a religião cristã.

Nesse raciocínio, 1919 marca a mudança entre uma estrutura de longa duração anterior ao genocídio do armênio (oligárquica-regional) para uma embrionária multilateral-social (figura 2), de modo que

> [...] a consecução do apoio brasileiro à causa dos armênios poderia ser celebrada pela pequena comunidade armênia do Brasil e, sobretudo, por suas lideranças, como uma grande vitória político-diplomática (LOUREIRO, 2016, p. 19).

Figura 2 – Estrutura Multilateral-social embrionária



Fonte: elaboração do autor (2022)

Em contraste com a estrutura anterior, essa nova estrutura é tanto caracterizada pela mudança na estruturação do sistema internacional (abertura para participação de países exteriores à Europa) quanto pela participação de setores da elite e da sociedade brasileira em temas internacionais. Nesse último caso, tem-se como prova as constantes manifestações de repúdio aos massacres contra a população armênia[3]. Ainda, não apenas a relação da elite com a nova estrutura foi alterada — uma vez que um novo entendimento sobre o internacional e suas oportunidades fora consolidado — como também a relação da população para com a nova estrutura. Sobre esse período, destaca-se que:

> [...] durante essa República tomou forma um processo sem volta, de democratização de nossos costumes e instituições. Foi nesse momento que os diferentes poderes ganharam uma forja definida, ensaiaram-se novos processos eleitorais e se rascunharam os primeiros passos no sentido de construir uma sociedade cidadã com modelos de participação (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 349).

3 A partir da análise dos termos utilizados, é verificado que em mais vezes o povo da Armênia era identificado pelos escritores como "cristãos" do que como armênios. Esse fato indica que o laço religioso entre os brasileiros e os armênios foi essencial para a sensibilização dos primeiros.

Vislumbra-se no horizonte a ideia de um Brasil engajado em problemas de impacto multilateral. De mesma forma, a participação brasileira na Conferência de Paz resultou em prestígio nacional e internacional[4]. O exemplo direto é Epitácio Pessoa, enviado diplomático favorecido pelo prestígio a ponto de retornar ao Brasil eleito Chefe de Estado. Esse foi um evento único na história do Brasil (GARCIA, 2006).

Já com relação a mudanças no sistema internacional, durante as negociações de paz entre os aliados e o Império Otomano, em 1920, foi firmado o Tratado de Sèvres. Esse consistia na divisão do Império Otomano entre os países vitoriosos, de forma a acompanhar o projeto de enfraquecimento do governo imperial. Outro efeito foi a extensão do território armênio, consolidando a República da Armênia (HELMREICH, 1974) — que seria absorvida pela União Soviética na sequência.

No caso brasileiro, apesar das iniciativas de Etienne Brasil e da comunidade armênia residente no país, o Brasil não posicionou seus três delegados em prol da questão armênia. Na verdade, o objetivo central do país consistia em cobrar a Alemanha pelos prejuízos decorrentes da guerra e se colocar a favor dos objetivos norte-americanos (LOUREIRO, 2016). Entretanto, apesar de não saciar os anseios armênios, não se alteram as mudanças na estrutura multilateral-social embrionária.

8 A Correlação Entre Forças Internas e Externas

A emersão da Questão Armênia, enquanto pauta nacional, foi fruto de uma dinâmica relacional entre as forças que integravam o mosaico político brasileiro: utilizaram-se, os tomadores de decisão, do genocídio de forma, essencialmente, instrumental. Compreender essa justaposição da mídia; a da política externa; a do cenário internacional; e o do genocídio, é um passo incontornável para assimilar a conjugação dessas forças internas e externas.

A mídia foi uma forma que a diáspora armênia do Brasil, através de Etienne Brasil, utilizou-se para colocar luzes ao genocídio empreendido pelos turcos e, com isso, influenciar os rumos da política interna da sociedade receptora — visando o apoio dos brasileiros à causa armênia. Assim, a mídia foi uma ferramenta da causa

4 [...] o Brasil saía da Conferência de Paz com uma posição de prestígio elevado na Europa, especialmente se comparada com sua limitada contribuição durante a guerra e sua capacidade real de influenciar eventos na arena intenrnacional (GARCIA, 2006, p. 64-76).

Armênia que expunha a tragédia, promovia Etienne Brasil e chamava a atenção dos tomadores de decisão à Questão Armênia.

Essa causa se tornava válida ao Brasil, visto que as circunstâncias históricas eram de rupturas no cenário internacional: o fim da Primeira Guerra Mundial era uma forma de obter um maior prestígio nacional e, além disso, resolver questões nacionais no âmbito da Liga das Nações. Nesse cenário, o ímpeto de Epitácio Pessoa — em um primeiro momento chefe da delegação brasileira e, posteriormente, presidente — durante as tratativas para a elaboração do Tratado de Versalhes foi marcado por um pragmatismo, isto é, empregou-se o genocídio como meio para atingir objetivos da política externa, a qual favorecia a dimensão nacional: requeria-se um assento permanente no Conselho da Liga das Nações (LOUREIRO, 2016).

Porém, isso não é análogo a concluir que o esforço armênio foi em vão, dada a sua instrumentalização, mas sim que houve uma amálgama dos interesses nacionais e internacionais — dos armênios. Pessoa foi à Liga das Nações buscando resolver demandas concretas; pelas elites políticas; e para contemplar uma oportunidade de ascensão internacional.

Na primeira dimensão, o Brasil queria "garantir o recebimento do depósito feito ao inciar-se a guerra na casa bancária *Bleischroeder*, de Berlim" (FRANCA FILHO, 2013, p. 202). Haja vista que a Alemanha não detinha solvência seja no âmbito privado, seja no público para honrar seus compromissos financeiros, por causa do esforço de guerra; já a segunda questão era: "a posse de 46 navios ex-alemães que o Brasil havia arrestado ao romper relações diplomáticas com a Alemanha, em abril de 1917"[5] (FRANCA FILHO, 2013, p. 202). A resolução dessas duas questões atendia a interesses nacionais e projetava Epitáfio Pessoa como uma escolha pelas elites paulistas e mineiras: "é bem possível que a visibilidade por ele alcançada como representante brasileiro em Paris tenha servido para catapultar sua designação [à presidência] pelas oligarquias estaduais[6]" (FRANCA FILHO, 2013, p. 213).

5 Contornar essas duas adversidades de caráter material era uma forma de lidar com a falta de créditos externos à máquina pública nacional: "um dos mais graves efeitos da guerra consistiu no colapso dos créditos externos ao setor público brasileiro, que caíram de US$ 19 milhões, em 1913, para zero em 1915." (RICUPERO, p. 376, 2016). Dessa forma, nota-se que o modelo agroexportador brasileiro era essencialmente deficitário, ou seja, exigia constantemente créditos externos, ainda mais na República Velha, na qual a lógica da política dos governadores acentua ainda mais esse aspecto — um Estado essencialmente patrimonialista.

6 Algo que torna isso evidente é que o Epitáfio Pessoa não estava ciente da sua candidatura, em um primeiro momento: "o próprio candidato só foi informado depois, por telegrama, de que seu nome havia sido lançado à

Os anseios, por fim, eram justamente se projetar como um país, que embora detivesse limitações em comparação, em relação à amplitude de ação, às potências, ainda assim assumia uma posição de amparar o povo armênio. Portanto, "assumir alguma responsabilidade sobre a questão armênia era provar às Potências que o Brasil estava pronto e disposto a se envolver nos problemas globais" (LOUREIRO, 2016, p. 185).

9 Conclusão

Por fim, conclui-se que apesar de se tratar de um tema aparentemente distante, o impacto do genocídio armênio é sentido no Brasil. Nessa linha, a denúncia da limpeza étnica do Império Turco-Otomano ao grande público, por intermédio dos periódicos, catalisou tanto a atenção dada pelo Brasil ao massacre armênio, quanto a sua posição enquanto membro ativo do sistema internacional.

Tal linha de raciocínio foi desenvolvida a partir da análise dos jornais Correio da Manhã; Correio Paulistano; Jornal do Brasil e Pharol, dado o posicionamento dos editores e grande público brasileiro de repúdio aos massacres iniciados em 1915. Essa constatação, pode ser percebida através das lentes de longa duração: evidencia o início de um projeto de Brasil que muitas vezes é sobreposto pela participação nas conferências multinacionais.

O caráter isolado e centralizador da política externa brasileira, na hipótese apresentada, sofre uma mudança a partir dos eventos analisados. A consciência por parte da população brasileira acerca dos massacres ocorridos na Armênia, assim como a instrumentalização pela política interna, com a oportunidade do Brasil de participar ativamente das decisões internacionais, planta a semente do que seria a visão de Brasil na posição de articulador internacional.

A causa armênia ainda é atual, buscando o reconhecimento da Turquia sobre o genocídio sistemático praticado pelo governo turco-otomano durante o período abordado, a fim de evitar que o mesmo ocorra novamente. Dessa forma, todos os anos, no mês de abril, comunidades armênias, seus descendentes e simpatizantes, dedicam esforços para a memória do evento.

Presidência da República." (FRANCA FILHO, 2013, p. 213).

É passível de indagação quantos massacres históricos poderiam ser evitados a partir de um reconhecimento da comunidade internacional sobre o que aconteceu com os armênios. Ainda em 1939, antes de invadir a Polônia, o ditador alemão Adolf Hitler, quando perguntado sobre a possível repercussão de seus crimes contra os judeus e outras minorias, teria dito: "Quem se lembra hoje do extermínio dos armênios?"

Hoje, os eventos vividos pelos armênios nestes anos são reconhecidos como genocídio por apenas trinta países, sendo o governo de Joe Biden, dos Estados Unidos, o mais recente a fazê-lo, causando fortes tensões com o governo turco (EL PAÍS, 2021), que insiste que os eventos não foram um genocídio sistemático organizado pelo Estado, mas sim fruto dos conflitos da Primeira Guerra Mundial. Na Turquia, falar sobre o Genocídio Armênio, retratando-o desta forma, é crime, podendo acarretar até dez anos de prisão, mesmo que os historiadores e a comunidade acadêmica no geral tenham um consenso quase que absoluto de que foi um genocídio, havendo inúmeras provas disso. O Brasil, está no grupo de países que ainda não reconheceu o evento como "Genocídio Armênio", enquanto Estado. Já no período dos massacres, no ano de 1916, foi publicado o chamado "Livro Azul", um compilado de documentos organizados pelo Visconde Bryce e pelo historiador britânico Arnold J. Toynbee, que

> [...] consiste em uma grande colleção de documentos authenticos que formam como que um longo catalogo de horrores e de que difficilmente se pode encontrar um parallelo na historia antiga ou moderna (CORREIO DA MANHÃ, 1916, p.4).

The Armenian genocide and the Brazilian media coverage

Abstract: The following article analyzes the way in which Brazilian newspapers reported the genocide of tens of thousands of Armenians by the Turkish Ottoman Empire between 1915-1918. Both the international political moment and the Brazilian one are highlighted. In this perspective, the central source for the research were the Brazilian newspapers published between 1912-1920 (Correio da Manhã; Correio Paulistano; Jornal do Brasil and Pharol).

Keywords: Armenian genocide; Brazilian foreign policy; long term; newspapers.

Referências

ALTARES, Guillermo. **Genocídio Armênio, uma política de Estado que inspirou os nazistas, é negado por motivos políticos.** El País, 2021. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/internacional/2021-05-01/genocidio-armenio-uma-politica-de-estado-que-inspirou-os-nazistas-e-negado-por-motivos-politicos.html > . Acesso em: 26 jan. 2022.

BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho. **100 anos do Genocídio Armênio – Negacionismo, Silêncio e Direitos Humanos 1915-2015.** Editora Humanitas, 2019.

BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II.** Paris: Armand Colin. 1949.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal" O Estado de S. Paulo".** Editora Alfa-Omega, 1980.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro: Edição 05074, 22 de dezembro de 1912.

_____. Rio de Janeiro: Edição 05074, 22 de dezembro de 1912.

_____. Rio de Janeiro: Edição 05087, 4 de janeiro de 1913.

_____. Rio de Janeiro: Edição 05113, 29 de janeiro de 1913.

_____. Rio de Janeiro: Edição 05805, 16 de janeiro de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 05820, 31 de janeiro de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 05860, 12 de março de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 05898, 19 de abril de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 05906, 27 de abril de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 05908, 29 de abril de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 05912, 3 de maio de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 05927, 18 de maio de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 05934, 25 de maio de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 05935, 26 de maio de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06042, 10 de setembro de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06046, 14 de setembro de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06048, 16 de setembro de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06067, 5 de outubro de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06075, 13 de outubro de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06076, 14 de outubro de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06077, 15 de outubro de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06096, 3 de novembro de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06115, 22 de novembro de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06169, 15 de janeiro de 1916.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06205, 20 de fevereiro de 1916.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06210, 25 de fevereiro de 1916.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06334, 28 de junho de 1916.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06367, 31 de julho de 1916.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06504, 15 de dezembro de 1916.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06522, 2 de janeiro de 1917.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06532, 12 de janeiro de 1917.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06552, 1 de fevereiro de 1917.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06572, 21 de fevereiro de 1917.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06577, 26 de fevereiro de 1917.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06641, 1 de maio de 1917.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06975, 1 de abril de 1918.

_____. Rio de Janeiro: Edição 06996, 22 de abril de 1918.

_____. Rio de Janeiro: Edição 07024, 21 de maio de 1918.

_____. Rio de Janeiro: Edição 07042, 8 de junho de 1918.

_____. Rio de Janeiro: Edição 07113, 18 de agosto de 1918.

Correio Paulistano. São Paulo: Edição 17766, 7 de janeiro de 1913.

_____. São Paulo: Edição 17887, 10 de maio de 1913.

_____. São Paulo: Edição 17890, 13 de maio de 1913.

_____. São Paulo: Edição 17958, 20 de julho de 1913.

_____. São Paulo: Edição 18057, 27 de outubro de 1913.

_____. São Paulo: Edição 18178, 27 de fevereiro de 1914.

_____. São Paulo: Edição 18431, 8 de novembro de 1914.

_____. São Paulo: Edição 18486, 3 de janeiro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18499, 16 de janeiro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18504, 21 de janeiro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18505, 22 de janeiro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18537, 24 de fevereiro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18541, 28 de fevereiro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18565, 24 de março de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18604, 3 de maio de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18619, 18 de maio de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18626, 25 de maio de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18627, 26 de maio de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18686, 24 de julho de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18688, 26 de julho de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18696, 3 de agosto de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18734, 10 de setembro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18738, 14 de setembro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18750, 26 de setembro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18757, 3 de outubro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18767, 13 de outubro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18768, 14 de outubro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18769, 15 de outubro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18775, 21 de outubro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18781, 27 de outubro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18798, 13 de novembro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18812, 27 de novembro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18814, 29 de novembro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 18834, 19 de dezembro de 1915.

_____. São Paulo: Edição 20214, 12 de outubro de 1919.

DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia.** Editora Contexto, 2016.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. **Epitácio Pessoa Diplomata: De Versalhes ao Catete.** In:V.Garcia Eugênio. Trajetória Internacional do Brasil: artigos selecionados. I edição. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2018, p. 195 - 222

GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre América e Europa: a política externa brasileira na década e 1920.** Brasília: editora UnB/FUNAG, 2006.

GOLDFELD, Monique Sochaczewski. **O Brasil, o Império Otomano e a Sociedade Internacional: contrastes e conexões (1850-1919).** 2012. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

HELMREICH, Paul C. **From Paris to Sèvres: the partition of the Ottoman Empire at the Peace Conference of 1919-1920.** The Ohio State University Press, 1974.

HEWSEN, Robert H. The Armenian Genocide, 1915 (map 224, after J. Naslian and B.H. Harutyunyan). **Armenia: A Historical Atlas.** University of Chicago Press, 2001. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/5c/Armenian_Genocide_Map-en.svg/2574px-Armenian_Genocide_Map-en.svg.png > . Acesso em: 26 jan. 2022.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: Edição 00029, 29 de janeiro de 1913.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00129, 13 de maio de 1913.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00152, 1 de junho de 1913.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00301, 28 de outubro de 1913.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00313, 9 de novembro de 1913.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00316, 12 de novembro de 1913.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00337, 3 de dezembro de 1913.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00356, 22 de dezembro de 1913.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00359, 25 de dezembro de 1913.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00362, 26 de dezembro de 1913.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00001, 1 de janeiro de 1914.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00149, 29 de maio de 1914.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00207, 26 de julho de 1914.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00314, 10 de novembro de 1914.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00079, 20 de março de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00100, 10 de abril de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00119, 29 de abril de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00145, 25 de maio de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00150, 30 de maio de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00153, 2 de junho de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00204, 24 de julho de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00216, 5 de agosto de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00275, 2 de outubro de 1915.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00015, 15 de janeiro de 1916.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00052, 21 de fevereiro de 1916.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00058, 27 de fevereiro de 1916.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00059, 28 de fevereiro de 1916.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00068, 8 de março de 1916.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00071, 11 de março de 1916.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00212, 30 de julho de 1916.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00350, 15 de dezembro de 1916.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00019, 19 de janeiro de 1917.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00071, 12 de março de 1917.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00133, 13 de maio de 1917.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00190, 9 de julho de 1917.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00199, 18 de julho de 1917.

_____. Rio de Janeiro: Edição 00287, 14 de outubro de 1917.

LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho. **Pragmatismo e Humanitarismo: a política externa brasileira e a causa armênia (1912-1922).** 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2016.

Pharol. Minas Gerais: Edição 00060, 11 de março de 1916.

_____. Minas Gerais: Edição 00061, 12 de março de 1916

_____. Minas Gerais: Edição 00203, 1 de junho de 1916

_____. Minas Gerais: Edição 00303, 23 de agosto de 1916

_____. Minas Gerais: Edição 00199, 12 de janeiro de 1917

RIBEIRO, Guilherme. A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geo-história e a longa duração. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 22, p. 605-611, 2015.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016.** 1.ed. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SAHAKYAN, Vahe. **Between Host-Countries and Homeland: Institutions, Politics and Identities in the Post-Genocide Armenian Diaspora (1920s to 1980s).** 2015. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Michigan, Ann Arbor, MI, Estados Unidos da América, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, São Paulo, 2018.

SCREAMERS. Direção de Carla Garapedian. **MMVI The Raffy Manoukian Charity,** 2006. (89 min). Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?-v=EpHkzwE4qzg > . Acesso em: 23 jan. 2022.